1 Introdução

1.1. O texto legal como objeto de pesquisa

O propósito desta dissertação é o de estudar, lingüisticamente, o texto legal civil, conforme consubstanciado em fragmentos do Código Civil brasileiro de 1916 e de 2002, a serem abordados em uma perspectiva comparativista.

A escolha do texto legal como *corpus* desta dissertação se deve, principalmente, à constatação do distanciamento que existe entre o homem comum e o Direito, devido à sua linguagem, muitas vezes, obscura, imprecisa e incompreensível aos olhos daqueles que não têm o Direito como objeto de trabalho.

Contemporaneamente, tal discussão vem recebendo valiosa atenção tanto da ciência jurídica, quanto da ciência lingüística. Contudo, já na década de 60, é possível encontrar, segundo Roger Shuy, obras de autores americanos em que se analisava a linguagem do Direito:

(...) it has been only within the past few years that increasing amounts of linguistic knowledge have been applied to the field of law.

This is not to say that no past work has been done in this area. Margaret Bryant's *English in the Law Courts* (1962) focuses on form-words, articles, prepositions, and conjunctions that note relationships in legal writing. It is the duty of the court to determine meaning, and Bryant provides a valuable analysis of thirteen methods used by the court to establish such meaning. Likewise, David Mellinkoff's *The Language of the Law* (1963) provides a valuable, historical development and use of legal language, beginning with the anglo-saxons and continuing through modern times. He deals extensively with the frustrating need for precision in law and the obfuscation that has resulted from such a requirement. Both of these works provide excellent background for any contemporary analysis of legal language. (Shuy, 1986, p.50)¹.

¹ (...) apenas nos últimos anos quantidades crescentes de conhecimento lingüístico vêm sendo aplicadas ao campo do Direito. Isso não quer dizer que nenhum trabalho no passado tenha sido feito nessa área. A obra "English in the Law Courts", de Margaret Bryant, enfocou palavras formais, artigos, preposições e conjunções que apontam relacionamentos na escrita legal. É dever da corte determinar o significado, e Bryant fornece uma valiosa análise de treze métodos usados pela corte para estabelecer tal significado. Da mesma forma, na obra "The Language of the Law" (1963), David Mellinkoff provê um valioso estudo do desenvolvimento histórico e do uso da linguagem legal, dos anglo-saxões aos tempos modernos. Ele lida extensivamente com a necessidade frustrante de precisão no Direito e o ofuscamento que resulta de tal exigência. Esses dois trabalhos proporcionaram excelente base para qualquer análise contemporânea da linguagem legal. (Tradução da autora)

Da década de 60 para cá, muitos foram os ângulos a partir dos quais se discutiu a relação entre o texto legal e sua linguagem e as conseqüências que derivam de se usar adequadamente, ou não, a linguagem no campo jurídico. Nesta dissertação, o ângulo escolhido é o texto legal escrito, em especial as leis. Antes de dar prosseguimento a esse ponto, faz-se necessário levantar algumas considerações da área jurídica concernentes aos tipos de textos elaborados nessa área.

No Direito brasileiro, do ponto de vista da linguagem, há considerável diversidade de textos escritos. O conjunto desses textos constitui um *quadripé* formado pelo acervo de leis, pela jurisprudência, pela doutrina e pelos textos escritos da prática forense. Cada uma das pernas desse *quadripé* inclui uma produção textual com estruturação, características lingüísticas e objetivos específicos. A jurisprudência, a doutrina e certas manifestações da prática forense se voltam especificamente para os chamados “operadores do Direito”. Já outras manifestações da prática forense, sobretudo as sentenças e os acórdãos, incidem diretamente sobre os jurisdicionados, podendo, assim, ter como destinatário também o homem comum. O conjunto de textos formado pelas leis, por sua vez, direciona-se tanto para os operadores do Direito quanto para o homem comum, já que o Direito, em larga medida, se funda na presunção de que a norma jurídica seja conhecida por todos.

Tal presunção, resumida no axioma jurídico “*nemine licet ignorare jus*”², é respaldada, no Brasil, por dois artigos de lei: o Art. 21 do Código Penal Brasileiro (Decreto-lei 2848, de 7/12/1940) e o Art. 3º da Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-lei 4657, de 4/9/1942), os quais são respectivamente reproduzidos a seguir:

Código Penal - Art. 21 - *O desconhecimento da lei é inescusável.(...)* (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984).

LICC - Art. 3º - *Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.*

Se não se pode eximir o homem comum do desconhecimento das normas jurídicas, pressupõe-se que ele as conheça em sua totalidade. A despeito disso, há leis cuja regulamentação nada interfere, diretamente, na vida do homem comum, pois são normas direcionadas a certos conjuntos específicos de

² “A ninguém é lícito desconhecer o Direito.”

pessoas, muitas vezes da área jurídica. Entram nesse grupo, dentre outras leis, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, alterada pela lei 37, de 13 de novembro de 1979), a Lei Orgânica da Advocacia-geral da União (Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993) e a Lei que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União (Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993). Para melhor exemplificar, será discriminado a seguir um artigo de cada uma das leis supracitadas, de forma a fundamentar a afirmação de que essas não são normas voltadas especificamente ao homem comum:

Lei Orgânica da Magistratura Nacional

Art. 35 - *São deveres do magistrado:*

I - Cumprir e fazer cumprir, com independência, serenidade e exatidão, as disposições legais e os atos de ofício;

II - não exceder injustificadamente os prazos para sentenciar ou despachar;

III - determinar as providências necessárias para que os atos processuais se realizem nos prazos legais;

[...]

Lei Orgânica da Advocacia-geral da União

Art. 5º - *A Corregedoria-Geral da Advocacia da União tem como atribuições:*

I - fiscalizar as atividades funcionais dos Membros da Advocacia-Geral da União;

II - promover correição nos órgãos jurídicos da Advocacia-Geral da União, visando à verificação da regularidade e eficácia dos serviços, e à proposição de medidas, bem como à sugestão de providências necessárias ao seu aprimoramento;

III - apreciar as representações relativas à atuação dos Membros da Advocacia-Geral da União;

[...]

Lei que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União

Art. 3º - *O Ministério Público da União exercerá o controle externo da atividade policial tendo em vista:*

a) o respeito aos fundamentos do Estado Democrático de Direito, aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, aos princípios informadores das relações internacionais, bem como aos direitos assegurados na Constituição Federal e na lei;

b) a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público;

- c) a prevenção e a correção de ilegalidade ou de abuso de poder;*
- d) a indisponibilidade da persecução penal;*
- e) a competência dos órgãos incumbidos da segurança pública.*

Confirmado, então, que essas regulamentações se referem precipuamente a grupos específicos de pessoas, faz-se necessário enfatizar que grande parte das normas jurídicas, no entanto, diz respeito ao homem comum e afeta diretamente a sua vida em sociedade. Tem-se, nesse âmbito, a Constituição Federal, os Códigos Civil, Penal, do Consumidor e do Trânsito e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Como exemplos, atente-se para os artigos extraídos da Constituição, do Código Civil e Penal, relacionados, respectivamente, adiante:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I - DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

[...]

CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO

Art. 1º *Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.*

CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

Homicídio simples

Art. 121 - *Matar alguém:*

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 20 (vinte) anos.

A presente pesquisa se voltará para segmentos do Código Civil Brasileiro, que é a principal lei que rege as relações entre os particulares.

Em uma análise preliminar de suas duas versões, a de 1916 (doravante CC/1916) e a de 2002 (doravante CC/2002), o Código Civil brasileiro se revela um fértil campo para uma investigação lingüística concernente à clareza e precisão textuais, características que, muitas vezes ausentes em ambas as versões, acabam por tornar as normas ali contidas impenetráveis para aqueles que sofrerão seus efeitos e acessíveis, apenas, no mais das vezes, aos operadores do Direito.

Sobre essa questão, o advogado Carlos Maximiliano aponta que "*Toda lei é obra humana e aplicada por homens; portanto imperfeita na forma e no fundo, e dará duvidosos resultados práticos, se não verificarem, com esmero, o sentido e o alcance de suas prescrições*" (1996, pp. 9-10).

Não se pode negar que as transformações sociais pelas quais o país passou nas últimas décadas contribuíram para que os juristas iniciassem uma releitura de nossa legislação civil, visando à sua atualização e ao atendimento de seus objetivos. Decorreu disso a formulação do projeto de um novo Código Civil que, contudo, tramitou no Congresso Nacional por quase quarenta anos, tempo esse que motivou, e ainda motiva, muitos juristas a questionarem a 'atualidade' do Novo Código Civil, isto é, do CC/2002. A pertinência de se registrarem esses fatos é que, assim como estariam refletidas no CC/2002 alterações axiológicas, nos costumes e padrões morais e sociais, seria de se esperar que as transformações pelas quais a língua portuguesa passou, em seu padrão formal, estivessem também ali refletidas. Desse modo, idealmente, o novo Código não viria a reproduzir os mesmos problemas de seu antecessor, como, por exemplo, a utilização de arcaísmos lingüísticos.

Dadas as limitações de tempo e a grande extensão dos dois Códigos citados, a pesquisa se limitou ao estudo de alguns fragmentos do Livro V (CC/2002) e IV (CC/1916) – **Do Direito Das Sucessões**, a saber: Títulos I (Da Sucessão em Geral), II (Da Sucessão Legítima) e parte do III (Da Sucessão Testamentária) (cf. Anexo 1). A escolha desse fragmento se deveu ao fato de que, em uma análise comparativa preliminar dos dois Códigos, tais fragmentos se revelaram particularmente ricos, à primeira vista, em alterações de natureza lingüística, além de apresentarem um conteúdo que, por seu caráter prático (herança, legado, testamento etc.), motiva o homem comum a consultá-los quando preciso.

1.2. Objetivos desta pesquisa

Muitos são os autores que, de uma forma ou de outra, vêm, atualmente, propondo um olhar mais aprofundado nas questões relativas à obscuridade e imprecisão da linguagem utilizada seja no âmbito geral do Direito, seja no âmbito específico das leis. O jurista argentino Carlos María Cárcova, que chama a obscuridade da linguagem jurídica de *opacidade do Direito*, enquadra-se nesse primeiro grupo. Ele salienta que:

(...) é preciso ratificar, se for o caso, que uma parte da opacidade do direito não é uma fatalidade. É manipulação, ocultação, monopolização intencional do saber, estratégia de reprodução do poder. E que esse estado de coisas pode ser democraticamente modificado. E que vale a pena modificá-lo. (Cárcova,1998, p.193).

Seguindo esse mesmo percurso argumentativo, mas voltando seu interesse apenas para as leis escritas, Carlos Maximiliano afirma que:

Em resumo, se a lei tem defeitos de forma, é obscura, imprecisa, faça-se outra com caráter franco de disposição nova. Evite-se o expediente perigoso e retrógrado, a exegese por via de autoridade, irretorquível, obrigatória para os próprios juízes; não tem mais razão de ser; coube-lhe um papel preponderante outrora, evanescente hoje. (Maximiliano, 1996, pp.93-94).

Por acreditar, assim como Cárcova e Maximiliano, que vale a pena levar um pouco de luz aos textos jurídicos, especialmente àqueles cujo destinatário é o homem comum, empreendeu-se a presente pesquisa, na tentativa de confirmar se houve ou não, na reelaboração lingüística do CC/2002, algum “progresso” no sentido de tornar a lei menos opaca. Vale ressaltar que o “homem comum” (ou médio) que esta dissertação pretendeu atingir não é todo e qualquer indivíduo da sociedade, embora se reconheça que todos tenham o direito de compreender as leis que regulamentam sua vida. O alvo aqui foi aquele homem de classe média ou alta, com instrução média ou superior, ou seja, de modo geral, aquele indivíduo que pode efetivamente vir a consultar leis que tratam de questões relativas a herança e testamento.

Pretendeu-se, além disso, demonstrar que, mesmo utilizando-se do registro formal da língua padrão e dos termos técnicos específicos da área jurídica, é possível e desejável criar leis, códigos, estatutos, sem que se use uma linguagem hermética, opaca e, por vezes, incompreensível ao homem médio.

Como fundamento dessa posição, foram utilizadas a Lei Complementar 95 (LC-95/1998), de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe, entre outras coisas,

sobre a elaboração e a redação das leis, conforme determina o parágrafo único do Art. 59 da Constituição Federal, e a Lei Complementar 107, de 26/4/2001, que alterou a LC-95/1998 (cf. Anexo 2). O Capítulo II, Seção II, dessa lei, com a redação modificada pela Lei Complementar 107/2001, fornece informações sobre a estruturação das leis e também faz alusões a alguns meios de obtenção de clareza, precisão e ordem lógica na redação do texto legal. Também serviu como parâmetro o *Manual de Redação da Presidência da República*, criado em 1991, com o objetivo de atualizar e uniformizar as normas de redação de atos e comunicações oficiais. Ademais, avaliou-se se as determinações regidas pela Lei Complementar 95/1998, alterada pela Lei Complementar 107/2001, e as orientações lançadas no *Manual* foram respeitadas no CC/2002.

1.3. Estruturação da dissertação

Esta dissertação possui, além deste capítulo introdutório, cinco outros capítulos e uma Conclusão. No segundo capítulo, são estabelecidas relações entre linguagem e Direito. Nele, apontam-se posicionamentos de estudiosos que defendem a necessidade de uma linguagem clara e precisa nos textos jurídicos, já que a linguagem é o instrumento fundamental de acesso do homem médio ao sistema jurídico e ao Judiciário. Levanta-se também a questão da ideologia e do poder, sem dúvida um dos fatores determinantes para a opacidade do Direito.

No terceiro capítulo, são lançadas considerações mais específicas acerca do *corpus* da dissertação e comentários sobre as qualidades textuais — clareza, concisão e precisão — que se devem buscar ao se redigirem textos legais. Busca-se fundamentação para essa última questão no *Manual de Redação da Presidência da República* e em certos autores, como Rocha Lima e Barbadinho Neto.

A partir do quarto capítulo, inicia-se a pesquisa lingüístico-comparativa do CC/1916 e do CC/2002. São avaliados aspectos sintáticos concernentes à estruturação dos períodos, ordem dos termos na frase, omissão de termos e coesão textual, dentre outros. É feita uma divisão em dois subcapítulos: o primeiro trata de questões concernentes à estruturação sintática dos períodos que formam os artigos, e o segundo, de questões ligadas à organização interna do corpo dos artigos. Partindo das determinações dos incisos e das alíneas do Art. 11 da Lei Complementar 95/1998, com a redação modificada pela Lei Complementar 107/2001, e das orientações do *Manual de Redação da*

Presidência da República, os artigos selecionados do Livro V do CC/2002 são confrontados com os do CC/1916, na tentativa de se perceber se a estruturação (ou reestruturação) sintática do CC/2002 se aproxima da clareza, precisão e ordem lógicas propostas no artigo supracitado e no *Manual*. Quando isso não é percebido, são levantadas possibilidades estruturais, que aproximem o texto do artigo daquilo que as referidas leis propõem e daquilo que se acredita ser pertinente para o homem médio.

No quinto capítulo, discutem-se questões semânticas e lexicais, como a escolha e adequação vocabular e a imprecisão e a obscuridade provocadas pela ambigüidade. Esse capítulo se subdivide em dois subcapítulos: no primeiro, é discutido o uso de determinados vocábulos, considerando-se a linguagem do homem médio atual e a clareza ou opacidade que tais vocábulos trazem ao conteúdo do artigo; no segundo, comenta-se sobre a ambigüidade presente em alguns artigos analisados tanto do CC/1916 quanto do CC/2002. Novamente, se toma como parâmetro a Lei Complementar 95, em especial o artigo 11, seus incisos e alíneas, nesse capítulo. Dentre estas, destaca-se a alínea **a**, do inciso I do referido artigo, que determina: "*usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando*" e a alínea **c**, do inciso II, que recomenda: "*evitar emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto*". Durante o confronto entre os Códigos, são apresentados artigos do CC/1916 que, de alguma forma, revelaram-se problemáticos quanto à clareza e ao sentido e que foram alterados satisfatoriamente no CC/2002. Da mesma forma, são listados outros artigos cujo texto não sofreu qualquer tipo de alteração semântica e/ou lexical no CC/2002. Para estes, quando necessário, são propostas modificações que eliminem eventuais problemas que possuam em sua formulação.

No sexto capítulo, abordam-se aspectos axiológicos do CC/2002. Tenta-se perceber quais são as marcas lingüísticas desses aspectos e de que forma elas nele se refletem. Aspectos jurídicos não são diretamente considerados, visto que o foco está voltado apenas para os valores e desvalores sociais que, de uma maneira ou de outra, se refletem lingüisticamente no CC/2002. Foram extraídas do fragmento do Código analisado 4 marcas lingüísticas que refletem alterações axiológicas. As considerações de cada uma delas são lançadas em 4 subcapítulos, a saber: 1) A evolução da mulher como cônjuge e companheira; 2) As uniões estáveis fora do casamento; 3) O conceito de "incapazes", e 4) Conseqüências, para o Direito, da evolução tecnológica.

Finalmente, na Conclusão, duas idéias são ratificadas: a primeira, de que é possível, àqueles que elaboram as leis, principalmente quando tiverem como destinatário o homem médio, reavaliar os textos legais que produzem; a segunda, de que escrever bem não é escrever de forma hermética, “rançosa”, e sim, de forma concisa, clara. Assim, ao adotarem uma postura lingüística voltada, fundamentalmente, para a clareza e precisão, ou se, pelo menos, ao passarem a questionar a possibilidade de um texto jurídico-legal um pouco mais “transparente” aos olhos do leigo, os legisladores poderão assegurar ao homem médio o efetivo acesso não apenas ao Código Civil brasileiro, mas a muitas das leis que regem nossa sociedade.

1.4. Metodologia utilizada

A presente dissertação se insere na linha de pesquisa **Discurso, Cultura e Interação em Contextos Profissionais e Pedagógicos** e se volta para questões ligadas à linguagem e ao Direito. Para a sua realização, foi necessário que a autora se familiarizasse com a linguagem jurídica e com temas relacionados à interação entre lingüística e Direito. Para isso, buscou como suporte inicial a leitura da dissertação de Mestrado “*Aspectos lingüísticos das normas incriminadoras do Código Penal Brasileiro*”, de Regina de Souza Ferreira Lima da Silva, primeira dissertação defendida na vertente da linha de pesquisa supra-referida em que a presente dissertação se insere.

A leitura seguinte foi a do “*Novo Código Civil Brasileiro: Texto comparado: Código Civil de 2002, Código Civil de 1916*” (org. Sílvio de Salvo), em especial o Livro V, *Do Direito das Sucessões*, quando se definiu o objeto e a finalidade desta dissertação. Concomitantemente a essa leitura, outros livros e textos de natureza jurídica foram consultados para que se compreendessem algumas questões do Direito e se adquirisse uma certa familiaridade com a linguagem jurídica.

Acessou-se a página eletrônica www.planalto.gov.br de onde foram copiados o CC/2002, CC/1916, a Lei Complementar 95, de 26/02/1998 e a Lei Complementar 107, de 26/04/2001, além das outras leis a que se faz referência no decorrer desta dissertação. O objetivo da obtenção dessas versões eletrônicas foi o de facilitar o manuseio dos textos legais e de facilitar o uso, nos mesmos, dos recursos de busca automatizada oferecidos pelo editor de texto Word.

Após a leitura do Livro V do CC/2002 (**Direito das Sucessões**) e de seu correlato no CC/1916, foram identificados alguns problemas gerais, de ordem lingüística. Tais problemas foram processados de duas formas: por sua localização nos artigos dos dois Códigos em questão e depois por natureza lingüística (sintática, semântico-lexical e axiológica). O objetivo dessa primeira visão geral dos textos legislativos a serem trabalhados foi a de identificar que parte dos mesmos se revelaria, à primeira vista, mais rica em problemas de ordem lingüística e mais fértil no que tange às alterações sintáticas e semântico-lexicais ocorridas de um Código para o outro.

Foram, então, delimitados os dados colhidos nos dois códigos e se escolheu, especificamente, os Títulos I (Da Sucessão em Geral) e II (Da Sucessão Legítima), na íntegra, e os quatro primeiros capítulos do Título III (Da Sucessão Testamentária), do Livro V (CC/2002) e IV (CC/1916), como objeto de estudo. Foram listados, então, os artigos desses Títulos associados aos tipos de problema lingüístico que serão tratados nesta dissertação. Dessa forma, buscou-se perceber objetivamente quais são os tipos de *opacidade* detectados nos artigos estudados.

Finalmente, para que se pudesse confirmar a intuição da autora em relação à análise dos artigos aqui apontados, submeteu-se um Questionário (cf. Anexo 3) a um conjunto de falantes e, a partir das respostas obtidas, fez-se uma tabela na qual se organizaram os dados colhidos (cf. Anexo 4).

Foram tomadas como informantes 16 pessoas de ambos os sexos, predominando o do sexo feminino, com idade entre 20 e 70 anos, pertencentes a diferentes áreas de atuação³. Todos os informantes tinham, no mínimo, o Ensino Médio completo. A tabela a seguir resume os dados dos informantes:

Tabela 1: Dados dos informantes

Sexo/ nº de pessoas		Faixa etária/ nº de pessoas		Área de atuação/ nº de pessoas		Grau de instrução/nº de pessoas	
Feminino	13	20 – 30	03	Adm. Empresa	03	Ensino Médio	02
Masculino	03	30 – 40	03	Arquitetura	01	Ensino Superior	09
		40 – 50	05	Contabilidade	01	Pós-graduação	05
		+ de 50	05	Direito	04		
				Ed. Física	01		
				Engenharia	01		
				Informática	01		
				Letras	04		

³ Os informantes escolhidos para responder ao Questionário fazem parte do convívio pessoal e profissional da autora.

O Questionário era composto por três partes:

- na **Parte I**, foram listados **21** pares de textos com alguns problemas sintáticos, ora confrontando um artigo do CC/1916 com seu correlato do CC/2002, ora um artigo do CC/2002 com uma proposta de reescrita elaborada pela autora. O informante deveria apontar o texto que lhe fosse menos compreensível e, em seguida, indicar 1 ou mais itens, dentre 5 (frases extensas; prolixidade; estruturação de texto confusa; profusão de frases intercaladas; outro), que justificassem sua escolha;
- na **Parte II**, foram apresentados **9** pares de textos, ora comparando o vocabulário de um artigo do CC/1916 com o seu correlato, ora comparando o vocabulário de um artigo do CC/2002 com o proposto pela autora. O informante, considerando os vocábulos grifados, deveria assinalar o texto que lhe fosse menos compreensível;
- na **Parte III**, foram listados **4** artigos que continham ambigüidades relativas a questões correferenciais, totalizando 6 questões. O informante, nessa parte, era solicitado a assinalar a alternativa, dentre 3, que, a seu ver, apontasse o termo correferencial correto para a palavra colocada em negrito.

É preciso ressaltar que as reescrituras incluídas na **Parte I** e **II** do Questionário, todas elaboradas pela autora da dissertação, são as mesmas apontadas nos estudos dos artigos desenvolvidos nos capítulos que tratam da sintaxe e do vocabulário.

A análise mais detalhada dos resultados do Questionário será mostrada adiante, ao longo do desenvolvimento dos Capítulos 4 e 5.